



Congresso aprova projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias



Eunício Oliveira comanda sessão conjunta do Congresso na qual, além da LDO, foram votados créditos para órgãos públicos

Em sessão conjunta, senadores e deputados decidiram retirar do projeto da LDO de 2019 artigo que proibia a concessão de reajustes aos servidores e a criação de cargos públicos no próximo ano

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, que segue para sanção presidencial.

O projeto foi aprovado mais cedo na Comissão Mista de Orçamento, depois de acordo que resultou em modificações no relatório apresentado pelo senador Dalirio Beber. Entre as

mudanças, estão a redução para 5% do corte obrigatório no custeio administrativo no próximo ano, metade do proposto pelo relator, e a obrigação de o governo enviar ao Congresso um plano de redução de 10% dos incentivos fiscais.

Com a aprovação da LDO, os parlamentares podem sair de recesso a partir de quarta-feira. **5**

Medida sobre o crédito agrícola vai virar lei **3**

Créditos extras para ministérios e Justiça vão a sanção **5**

Subsecretário defende fim do Fundo Soberano **4**

Trabalhos legislativos do semestre foram positivos, diz Eunício Oliveira **5**

Senado confirma preço tabelado para frete de carga rodoviária

Proposta sobre o tema foi aprovada ontem pelo Senado, com alterações feitas no Congresso à MP do governo. Tabela de preços deverá ter

validade semestral. O processo de fixação dos preços mínimos para o frete deverá ser técnico e ter ampla publicidade. **3**



Foi incluída no texto anistia aos caminhoneiros das sanções por greve

Aprovadas MPs da intervenção federal no Rio de Janeiro

O Senado aprovou duas medidas provisórias que criam cargos e destinam recursos para o Gabinete de Intervenção Federal do Rio de Janeiro. Uma das MPs cria 38 cargos em DAS e 28 funções comissionadas, que serão extintos até 30 de junho de 2019. A outra destina R\$ 1,2 bilhão para custear o gabinete. **3**

Projeto sobre doenças raras volta à Câmara dos Deputados

O Plenário aprovou ontem projeto que institui a Política Nacional para Doenças Raras. Como foi alterado no Senado, o texto volta à Câmara. Uma política de atenção a essas doenças já é prevista desde 2014 em portaria do Ministério da Saúde, mas o projeto busca fortalecer a garantia aos pacientes. **3**



Agentes de saúde e de endemias acompanham votação em Plenário da medida que regula as atividades da categoria

Reajuste para agentes de saúde segue para sanção

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que regula a atividade dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. O texto reajusta em 52,86% o salário dos agentes.

O piso atual, de R\$ 1.014, passará a R\$ 1.550 até 2021. A medida também flexibiliza a jornada de trabalho de acordo com as necessidades da região e do momento. **3**

Relatório de CPI recomenda diminuição de juros bancários

A CPI dos Cartões de Crédito aprovou ontem o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho. Entre as recomendações, estão a diminuição dos juros bancários e o aumento da concorrência entre os bancos. O senador também ressaltou que é preciso aperfeiçoar a legislação que rege o sistema. **2**



Relator, Jorge Viana (D) considera que Brasil avançou em energia renovável

Biocombustível amplia eficiência energética, dizem especialistas

Participantes de audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas disseram ontem que a produção de biocombustíveis contri-

bui para reduzir a importação de fósseis, conduz ao ganho de eficiência energética, permite a previsibilidade da demanda e gera emprego. **6**

Renata de Sá/Agência Senado

Jonas Pereira/Agência Senado

Jefferson Ruscy/Agência Senado

CPI dos Cartões cobra maior concorrência no mercado

Relatório aprovado ontem recomenda medidas para tornar o sistema mais competitivo e transparente, com redução dos juros, divulgação sobre riscos do endividamento e aperfeiçoamento da legislação

DIMINUIR OS JUROS bancários, aprimorar a concorrência entre os bancos e tornar o sistema de pagamentos por cartão mais transparente e competitivo ainda estão entre os maiores desafios da economia brasileira, concluiu o relator da CPI dos Cartões de Crédito, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Em seu relatório, aprovado ontem pela comissão, o senador também ressaltou que é preciso aperfeiçoar a legislação.

O relatório traz propostas legislativas em três categorias: a primeira dispõe sobre o Certificado de Recebíveis de Cartão de Crédito, com medidas para ampliar a concorrência e aprimorar o mercado de cartões de crédito. A segunda visa melhorar a educação financeira da população. Prevê que o fornecedor de produtos ou serviços, inclusive no comércio eletrônico, deverá divulgar, de forma clara e ostensiva, advertência sobre os riscos para as finanças pessoais decorrentes do endividamento por cartão de crédito ou cheque especial. Por fim, a CPI propõe alteração na Lei 8.078, de 1990, para proibir a publicidade de crédito com uso de expressões como “parcelamento sem juros”, “sem acréscimo”, “com taxa zero”.

O relator também aponta ações a serem implementadas pelo Banco Central (BC). Entre elas, a alteração na forma de cobrança do cheque especial, de um percentual sobre



O relator, Fernando Bezerra, e o presidente da comissão, Atáides Oliveira

o saldo negativo para uma combinação de tarifa fixa e juros, mais garantias no acesso ao crédito; e um estudo sobre a verticalização do mercado (quando um conglomerado controla a cadeia de crédito). Bezerra pede que o BC atenda as recomendações ou apresente estudos em até seis meses após a aprovação do relatório.

Questionamentos

Jorge Viana (PT-AC) questionou a ausência de informações, no relatório, sobre as taxas de juros pagas pelos consumidores. Ao criticar o BC, o senador solicitou que a análise do PLS 377/2017, de autoria dele, seja incluída nas recomendações da CPI, a fim de obrigar a divulgação desses percentuais pelos bancos, por meio da internet.

— Estamos falando de 200% a 400% de juros, em transações com cartão de crédito e cheque

especial, e o cidadão não tem o direito de sequer ser informado. Sem essa informação, o propósito desse trabalho [da CPI] ficaria prejudicado.

O presidente da CPI, senador Atáides Oliveira (PSDB-TO), disse que não termina os trabalhos totalmente satisfeito, mas acredita que a comissão parlamentar deu passos importantes que precisam ser compartilhados com a sociedade:

— Gostaria que tivéssemos avançado mais, mas acredito que o que foi feito será de grande valia para milhões de brasileiros.

Instalada em abril, a CPI teve o objetivo de analisar os juros extorsivos cobrados pelas operadoras de cartão de crédito. Para isso, ouviu representantes de consumidores, lojistas, empresas credenciadoras e setor bancário, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Chaves comemora retorno de pequenas empresas ao Simples

Pedro Chaves (PRB-MS) comemorou a aprovação do projeto que permite a readmissão, no Simples Nacional, de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte inadimplentes. Se isso não ocorresse, essas empresas poderiam fechar, gerando grande impacto, alertou.

— Teríamos aproximadamente 2 milhões de desempregados a mais no país. A melhor forma de preservar emprego é garantir a sobrevivência econômica dos empregadores, em particular, dos menores, pois são os que mais empregam.

Ele citou dados que indicam que os pequenos empreendimentos são responsáveis por 70% dos empregos no Brasil.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Wellington destaca os 40 anos de universidade de MT

Wellington Fagundes (PR-MT) homenageou a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) pelo aniversário de 40 anos. O senador elogiou a qualidade do ensino e disse que a instituição, fundada em 1978 em Cáceres, já tem vários campi avançados pelo estado.

— A interiorização das universidades aumenta a oferta de emprego e renda, de serviços e de profissionais qualificados.

Wellington comemorou a aprovação na terça-feira do projeto que permite a readmissão dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do Supersimples por dívidas tributárias (PLC 76/2018 — Complementar).



Roque de Sá/Agência Senado

Vanessa celebra retorno de incentivo à Zona Franca

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação do cancelamento de decreto que prevê o fim de incentivos às indústrias de refrigerantes instaladas na Zona Franca de Manaus (PDS 57/2018). O dinheiro arrecadado a mais com o fim do incentivo seria usado para pagar subsídio ao preço do diesel, segundo acordo firmado pelo governo para pôr fim à greve da categoria. Vanessa destacou a importância dos incentivos concedidos à Zona Franca de Manaus para a preservação da Amazônia, uma vez que os empregos lá gerados garantem o sustento de milhares de famílias e impedem, com isso, o desmatamento da floresta.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Reserva de frete da Conab para caminhoneiros pode ser votada

A reserva de parte do serviço de transporte das cargas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para os caminhoneiros autônomos foi aprovada ontem pela comissão mista da MP 831/2018. O texto segue agora para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O relator na comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), lembrou que, por se tratar de um tema importante e parte do acordo para encerrar a greve dos caminhoneiros, a MP deve ser votada logo no Senado.

O relatório de Bezerra obriga a Conab a contratar com dispensa de licitação no mínimo 30% da sua demanda anual por frete. A proposta original enviada pelo Executivo ao Congresso previa 30% como percentual máximo.

— Em diálogo com representantes da categoria dos transportadores autônomos de carga, fomos informados sobre acordo firmado com a Casa Civil [da Presidência da República] em data posterior à publicação da presente MP. Após confirmar que o acordo permanecia válido, efetuamos a alteração no relatório, para que produza efeitos quanto

antes — explicou o relator.

Outra mudança importante é relacionada aos sindicatos. A MP original prevê que a Conab possa contratar cooperativa, sindicato ou associação de transportadores autônomos. O senador, no entanto, optou por retirar as entidades sindicais da lista, “por se tratar de matéria estranha aos objetivos precípuos de um sindicato”.

— Não foi possível permanecer o sindicato por conta de um impedimento constitucional. Procuramos prestigiar o que foi colocado na negociação.

Na opinião de Bezerra, a MP vai resolver dois problemas de uma só vez: possibilitar a negociação para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros e fomentar o associativismo e outras formas de cooperativismo.

— Encontrou-se, pode-se dizer, uma saída criativa e economicamente interessante para fazer frente à crise de excesso de oferta de serviços de transportes de cargas, acarretada pelas políticas de subsídios de governos anteriores, que terminaram por gerar graves desequilíbrios nesse mercado.

Acir Gurgacz elogia aumento de potência de rádios comunitárias

Em discurso na terça-feira, Acir Gurgacz (PDT-RO) cumpriu o radialistas de Rondônia ao destacar a aprovação pelo Senado do PLS 513/2017, que amplia a potência das rádios comunitárias. A proposta foi enviada para a Câmara dos



Pedro França/Agência Senado

Deputados. De acordo com o senador, o aumento do sinal das rádios comunitárias dará condições para que as emissoras atinjam distâncias maiores, o que beneficiará moradores de áreas isoladas, como ocorre em seu estado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDH Autonomia de povos indígenas
9h Debate sobre a autonomia de comunidades indígenas com iniciativas que visem à geração de renda e ao aumento do bem-estar de povos originários.

CPI DOS MAUS-TRATOS Projetos
10h30 Apresentação de projetos de lei.

Previsão atualizada às 22h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Transporte rodoviário de carga deve ter frete mínimo

Medida provisória sobre o tema foi aprovada ontem pelo Senado, com alterações feitas no Congresso, e segue à sanção. Tabela de preços deverá ser publicada duas vezes ao ano, com validade semestral

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem medida provisória que instituiu a política de frete mínimo para o transporte rodoviário de cargas. Essa foi uma das reivindicações dos caminhoneiros atendidas pelo governo após a greve feita em maio. O texto não fixou os valores, mas criou as regras para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) defina o piso. A primeira tabela já foi publicada em junho, logo após a edição da MP 832/2018.

A medida foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 20/2018). De acordo com o projeto, o processo de fixação dos preços mínimos para o frete deverá ser técnico e ter ampla publicidade. A tabela será publicada duas vezes ao ano, com validade para o semestre.

Se a tabela não for publicada nesses prazos, a anterior continuará vigente e os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Con-



Plenário aprovou texto definindo regras para elaboração de tabela

sumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação do período. Sempre que o preço do óleo diesel no mercado nacional variar além de 10% do valor usado na planilha de cálculos, a ANTT deverá publicar nova tabela, considerando a variação do preço do combustível.

A tabela do frete deverá ser montada considerando-se o quilômetro rodado por eixo carregado, as distâncias e as especificidades das cargas (carga geral, a granel, de frigorífico,

perigosa ou neogranel).

Kátia Abreu (PDT-TO) criticou as novas regras.

— Não sou contra os caminhoneiros. Sou contra o tabelamento de preços. Isso nunca dará certo, especialmente para a agricultura brasileira.

Também foi incluída no texto a anistia aos caminhoneiros e às empresas transportadoras em relação às multas e sanções relacionadas à greve da categoria.

Da Agência Câmara

Duas MPs sobre a intervenção federal no Rio são aprovadas

O Plenário aprovou as medidas provisórias que criam cargos e destinam recursos para a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro. Como as MPs 825/2018 e 826/2018 haviam sofrido modificações no Congresso, vão seguir para a sanção presidencial na forma de projetos de lei.

A MP 826 cria os cargos do Gabinete de Intervenção Federal, inclusive o de interventor, que é ocupado pelo general Walter Souza Braga Netto, do Exército. Além dele, são 38 cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e 28 funções comissionadas.

O texto condiciona a criação e o provimento dos cargos e funções à autorização expressa no Orçamento. Também determina que todos os postos estarão extintos até 30 de junho de 2019.

Outro dispositivo do texto diz que militares da ativa que atuarem no Gabinete de Intervenção Federal terão direito a gratificação de representação, no valor de 2% do soldo por dia. O pagamento não é cumulativo

com outras gratificações, não será incorporado à remuneração do militar e não será considerado para efeitos de cálculo de férias, adicional-natalino ou outras parcelas remuneratórias.

Verbas

Já a MP 825 destina R\$ 1,2 bilhão para custear as atividades do Gabinete de Intervenção Federal. A dotação orçamentária foi criticada por alguns dos senadores.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que, desde o início da intervenção, em fevereiro, o estado do Rio registrou aumento de tiroteios e homicídios. Para ele, o recrudescimento da “política de confronto” contra o tráfico de drogas agrava a violência.

Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que investir esforços e recursos na repressão urbana é uma estratégia equivocada. Para ele, o governo federal presta pouca atenção à proteção das fronteiras, por onde as drogas entram no país. Ele citou a fronteira com a Bolívia, em Mato Grosso do Sul, e a triplíce fronteira com o Peru e a Colômbia, no Amazonas.

Plenário aprova MP que facilita liberação de crédito agrícola

O Senado aprovou ontem medida provisória que facilita a liberação de crédito para produtores participantes de projetos públicos de irrigação.

A MP 824/2018 retirou da lei a possibilidade de que lotes de produtores nessa situação sejam retomados pelo governo, o que dá mais segurança aos bancos para liberar o crédito

tendo o lote como garantia.

Para evitar o retorno da medida provisória à Câmara dos Deputados, após as mudanças feitas pelo Senado, o presidente da Casa, Eunício Oliveira, excluiu assuntos estranhos ao objeto da medida provisória acrescidos pelos senadores.

O texto segue agora para sanção presidencial.

Finep poderá receber US\$ 600 milhões emprestados do BID

O Plenário aprovou ontem pedido de autorização para empréstimo externo no valor de US\$ 600 milhões pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O PRS 31/2018 segue para promulgação.

Os recursos, do Banco In-

teramericano de Desenvolvimento (BID), destinam-se ao Programa Inovar para Crescer. O objetivo é aumentar a produtividade da economia por meio do fomento à inovação e à adoção de novas tecnologias por micros, pequenas e médias empresas.

O dinheiro será repassado no prazo de cinco anos.

Requerimento de criação da CPI dos Planos de Saúde é lido

Foi lido em Plenário ontem requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) para criação de CPI destinada a investigar reajustes dos planos de saúde autorizados pela Agência Na-

cional de Saúde Suplementar (ANS). A comissão terá 11 titulares e 6 suplentes e funcionará por 180 dias. Para ser instalada, é preciso que os partidos indiquem os integrantes.

Política nacional para doença rara volta à Câmara

Pessoas com doenças raras podem ter garantida em lei uma política de atenção do governo. O Plenário aprovou ontem projeto que institui a Política Nacional para Doenças Raras no SUS. Como foi alterado no Senado, o PLC 56/2016 voltará à Câmara dos Deputados.

Relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) considera o projeto um dos mais importantes aprovados pelo Congresso. Ele explicou que o texto foi discutido com associações representativas de pessoas com doenças raras e suas famílias.

— Temos quase 12 milhões de brasileiros acometidos por doenças raras, e 80% dessas doenças são de origem geneticamente determinada. O custo para avançarmos em pesquisas e medicamentos é altíssimo — afirmou.

O projeto, do ex-deputado Marçal Filho (MDB-MS), determina que a política seja implantada em até três anos, nas esferas nacional, estadual e municipal, para estabelecer uma rede de cuidados aos pacientes. Uma política de atenção a essas doenças já é prevista desde 2014 em portaria do Ministério da Saúde, mas o projeto busca fortalecer

a garantia aos pacientes.

A política reconhece o direito de acesso dos doentes a cuidados adequados, o que inclui a provisão de medicamentos órfãos. Esse tipo de medicamento, destinado ao tratamento das doenças raras, desperta pouco interesse da indústria farmacêutica. O projeto estabelece regras para facilitar o registro dos remédios na Anvisa.

O texto determina ainda que cada estado terá que estruturar ao menos um centro de referência, que deverá, na medida do possível, aproveitar a estrutura já existente em universidades e hospitais.

Segue a sanção reajuste para agentes de saúde

A medida provisória que regula a atividade dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias foi aprovada ontem no Plenário na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 18/2018).

O texto reajusta em 52,86% o piso salarial dos agentes e flexibiliza a jornada de trabalho da categoria para o desenvolvimento das atividades segundo as necessidades da região e do momento. O projeto vai à sanção presidencial.

Relatório de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), aprovado na comissão mista que analisou a

MP 827/2018, incluiu no texto emendas que garantiram o reajuste. O piso atual de R\$ 1.014 passará a R\$ 1.550 até 2021.

O PLV também estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixará o valor reajustado do piso, além de prever seu reajuste anual a partir de 2022, sempre em 1º de janeiro de cada ano.

Pelo texto, será obrigatória a presença de agentes comunitários de saúde na Estratégia de Saúde da Família e de agentes de combates a endemias na estrutura de vigilância epidemiológica.

A MP determina que, a cada dois anos, os agentes de saúde frequentarão cursos de aperfeiçoamento, organizados e financiados por União, estados e municípios. Já o transporte dos agentes até os locais de atuação será financiado pelo ente ao qual o profissional estiver vinculado.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ressaltou a necessidade do uso de motocicletas para os agentes de saúde que trabalham na zona rural, além de pedir aos prefeitos por melhores condições de trabalho para a categoria.

Fundo Soberano já não faz sentido, afirma representante do Tesouro

É inadequado manter reserva quando dívida pública é crescente, disse convidado de audiência para debater MP que extingue o fundo

O SUBSECRETÁRIO DE Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Tesouro Nacional, Pedro Jucá Maciel, defendeu ontem a extinção do Fundo Soberano do Brasil. Em audiência promovida pela comissão mista que analisa a MP 830/2018, que acaba com o fundo, ele afirmou que não há sentido em manter essa reserva num cenário de dívida pública em crescimento.

O Fundo Soberano foi criado em 2008 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma espécie de poupança a ser usada em investimentos e também como salvaguarda nos casos de crises internacionais. No entanto, o saldo das contas públicas, que era de R\$ 118 bilhões em 2008, chega a 2018 com um rombo estimado pelo governo em R\$ 159 bilhões. Foi para reduzir esse resultado ruim que o governo optou por acabar com o fundo.

— O Fundo Soberano não faz mais sentido porque a dívida ainda está crescendo, estamos muito longe de gerar riqueza. A manutenção desses recursos na conta única [do Tesouro] implica um elevado custo de oportunidade,



Mendonça e Flexa Ribeiro com Maciel e o secretário-adjunto do Tesouro, Otávio Ladeira

dado que a gente poderia quitar essa dívida pública, que tem um alto custo para o setor público. Nós achamos que é um ganho institucional acabar com o fundo porque ele pode ser usado para o cumprimento de metas ao longo do exercício.

Outro cenário

O relator da MP, deputado Mendonça Filho (DEM-PE), destacou que o cenário econômico na época da criação do fundo era outro.

— Do ponto de vista fiscal, quando da aprovação do Fundo Soberano, nós

tínhamos um quadro absolutamente sob controle e as condições gerais sob o ponto de vista econômico eram bem diferentes das atuais — argumentou.

O senador Jorge Viana (PT-AC), no entanto, considera um erro acabar com o Fundo Soberano.

— O governo Temer quer usar [o fundo] para quê? Para tampar um buraco do deficit das contas que não tem fim, para tentar fazer superavit — criticou.

A comissão, presidida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), volta a se reunir no dia 8 de agosto, depois do sucesso, para a apresentação do relatório.

Comissão discute iniciativas pela autonomia indígena

A promoção da autonomia de comunidades indígenas será debatida hoje, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate será focado em iniciativas que busquem a geração de renda e o aumento do bem-estar dos povos.

Segundo a presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), o tema principal será uma iniciativa do empresário Omar Taleb com a comunidade da Aldeia Lima Campo, em Ponta Porã (MS), que busca, por meio da cooperação, a construção de um novo paradigma de convivência. Taleb participará da audiência.

Participantes

Também foram convidados para o debate o antropólogo Antonio Urquiza, o assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Luiz Eloy, o líder da Aldeia Lima Campo, Maradiles de Souza, e um representante a ser indicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Lasier Martins defende intervenção de Moro em caso de ex-presidente

Lasier Martins (PSD-RS) repercutiu a declaração da presidente do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz, que classificou a tentativa de soltar Lula como “teratológica”. Ele defendeu a intervenção do juiz Sérgio Moro contra a ordem de soltura do ex-presidente emitida pelo desembargador Rogerio Favreto.

O senador elogiou os resultados da Operação Lava Jato, que já recuperou mais de R\$ 11 bilhões em recursos desviados. Apesar disso, segundo ele, os condenados por esses crimes continuam sendo defendidos como se fossem “os mais honestos do mundo”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Regina Sousa critica juiz por impedir habeas corpus em favor de Lula

Regina Sousa (PT-PI) afirmou ontem em Plenário que o ódio ao ex-presidente Lula e ao PT tem cegado as pessoas. Ela comentou o episódio envolvendo o pedido de habeas corpus em favor de Lula.

Para ela, ao questionar a decisão do desembargador Rogerio Favreto, o juiz Sérgio Moro, que estava de férias, chamou para si o comando do tribunal e da Polícia Federal e quebrou a hierarquia do Judiciário.

— Moro é juiz de primeira instância. Favreto é desembargador, queiram ou não. A contestação deveria seguir o rito processual normal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia rebate críticas do PT à Justiça e ao ministro Jungmann

A medida do desembargador Rogerio Favreto para soltar o ex-presidente Lula só serviu para gerar tumulto nos meios jurídicos, disse Ana Amélia (PP-RS).

A senadora condenou as críticas que filiados ao PT têm feito ao juiz Sérgio Moro, à Justiça em geral e ao ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, em relação ao não cumprimento imediato do habeas corpus concedido pelo desembargador. Ana Amélia considera que Favreto desrespeitou decisões da 8ª Turma do TRF-4, que condenou o ex-presidente, e do Supremo, que já havia negado um habeas corpus a Lula.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha: eleições podem restabelecer esperança no país

Paulo Rocha (PT-PA) fez um retrato pessimista da situação do país. Ele apontou, entre os problemas, a partidarização de setores do Judiciário, a crise econômica, o aumento do desemprego e a precarização das relações trabalhistas.

Ele reafirmou a determinação do PT de manter até o fim a candidatura de Lula e disse que as próximas eleições serão uma oportunidade para recuperar a esperança no futuro do país.

— Seria um momento de recuperar a esperança na classe política através dos partidos que possam recuperar a dignidade da nossa gente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lindbergh condena reforma trabalhista e pede constituinte

Há exatamente um ano o Senado aprovava a reforma trabalhista, disse ontem Lindbergh Farias (PT-RJ). As consequências das novas regras, segundo o senador, foram nefastas para os trabalhadores. Ele afirmou que houve incremento do desemprego, demissões sem pagar rescisão, redução no pagamento de horas extras, aumento da jornada de trabalho e diminuição nos salários.

— Só a eleição não vai resolver. É fundamental também mexer nesse sistema que está podre. Temos que fazer uma assembleia nacional constituinte, para refundar o Estado brasileiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dário Berger: país precisa de plano emergencial de desenvolvimento e social

O excesso de burocracia aumenta o custo Brasil e contribui para o clima de pessimismo existente hoje, disse Dário Berger (MDB-SC).

O senador destacou que o país precisa de um plano emergencial de desenvolvimento econômico e social que também aborde as questões regionais. E acrescentou que é necessário resgatar a credibilidade e a segurança jurídica, pois só assim o Brasil voltará a crescer.

— Precisamos agir rápido para construir um novo tempo, de prosperidade, de trabalho e de realização. Precisamos resgatar a autoestima do brasileiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Hélio José quer rejeição de projeto que altera Lei dos Agrotóxicos

Hélio José (Pros-DF) espera que a Câmara dos Deputados rejeite o projeto de lei (PL 6.299/2002) que flexibiliza o uso de agrotóxicos. Para o senador, a admissão da proposta que altera a Lei dos Agrotóxicos foi uma derrota que os ruralistas impuseram à população.

Em discurso ontem, o senador afirmou que o Brasil poderá receber substâncias reconhecidamente cancerígenas e que é necessário manter o poder decisório da Anvisa e do Ibama no que diz respeito à liberação de defensivos agrícolas.



Roque de Sá/Agência Senado

Lídice pede debate aprofundado sobre jovens negros

Lídice da Mata (PSB-BA) apoiou pedido de Cristovam Buarque (PPS-DF) por um debate mais profundo sobre os jovens do país. A senadora disse que brasileiros de 15 a 29 anos, especialmente os negros, são assassinados nas grandes cidades, nas periferias, e estão, em geral, fora da escola. Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no país.

— Estamos vivendo sob o manto permanente de que todo jovem negro é suspeito. E eles continuam sendo tratados como se não houvesse racismo e como se a responsabilidade não fosse dos governantes e dos parlamentos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Parlamentares aprovam projeto da LDO 2019

Senadores e deputados decidiram retirar do projeto de lei dispositivo que proibia a concessão de reajustes aos servidores e a criação de cargos no serviço público no próximo ano

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. A proposta segue para sanção presidencial. Agora o Congresso pode entrar em recesso parlamentar a partir de quarta-feira, com o retorno dos trabalhos agendado para 1º de agosto.

O PLN 2/2018 já havia sido aprovado mais cedo pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), depois de acordo entre os líderes partidários, que culminou em modificações no relatório apresentado pelo senador Dalirio Beber (PSDB-SC), relator da LDO 2019.

O acordo reduziu para 5% o corte obrigatório do custeio administrativo no próximo ano, metade do proposto inicialmente pelo relator. O custeio envolve despesas do dia a dia, como luz, telefone e diárias. Outra alteração é a obrigação para o atual governo de enviar ao Congresso, no segundo semestre, um plano de redução de 10% dos incentivos fiscais em 2019. A meta é diminuir esses benefícios para 2% do PIB. Hoje eles somam 4% do PIB, algo próximo a R\$ 300 bilhões por ano.

Os congressistas decidiram retirar do texto da LDO o dispositivo que proibiria a concessão de reajustes aos servidores e a criação de cargos no serviço público no próximo ano, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019. A retirada foi defendida pelos parlamentares de partidos da oposição, porém, durante os debates, a maioria dos demais partidos liberou as bancadas ou orientou o voto pela exclusão.

O artigo foi rejeitado por 209 votos a



Durante a sessão, a maioria dos partidos liberou bancadas para retirar artigo sobre reajuste

45 na Câmara, com 3 abstenções, e em votação simbólica no Senado.

Os parlamentares também decidiram reinserir no texto da LDO a preferência para que os bancos oficiais continuem operando transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas. Além disso, foi mantida no texto a proibição, no exercício de 2019, de reajuste da verba destinada aos gabinetes parlamentares e aos demais benefícios relativos ao exercício da atividade parlamentar. Outros destaques que modificariam o texto final foram rejeitados.

Segundo Dalirio, o relatório foi elaborado com base nas 1.910 emendas apresentadas e em negociações com o governo. O texto, afirmou, prioriza os dois pontos que, a curto prazo,

mais pressionam as contas públicas: o excesso de incentivos fiscais e o aumento das despesas obrigatórias, que dobraram de valor desde 2010.

Equilíbrio fiscal

Dalirio disse que o parecer visa entregar ao futuro presidente da República, em janeiro, um cenário fiscal menos desfavorável. Por isso, ele propôs medidas como corte de despesas administrativas e proibição de concessão de novos incentivos às custas do Orçamento.

O senador também propôs mudanças que beneficiam as áreas sociais, sobretudo saúde e educação. Além disso, foram incluídos dispositivos para aumentar a transparência das contas públicas.

De acordo com a LDO, o salário mínimo será de R\$ 998 a partir do primeiro dia de 2019.

A meta fiscal de 2019 proposta pelo governo foi mantida pelo relator. O texto prevê déficit de R\$ 132 bilhões (1,75% do PIB) para o conjunto do setor público, que inclui os governos federal, estaduais e municipais, e suas estatais.

O voto de Dalirio manteve o dispositivo da LDO que autoriza a lei orçamentária a prever despesas correntes que serão custeadas pela emissão de títulos públicos além do limite estabelecido na Constituição. O governo deverá enviar ao Congresso um projeto de crédito solicitando a autorização para a emissão dos títulos.

Segundo a Constituição, o governo só pode se endividar (emitir títulos públicos) para pagar despesas de capital (investimentos e aumentos de patrimônio). O endividamento público não pode crescer para pagar gastos correntes, como salários de servidores públicos e despesas de custeio.

Para 2019 o governo alega que não conseguirá cumprir a chamada regra de ouro, necessitando da chancela do Congresso para emitir mais títulos, o que é permitido pela Constituição, desde que o projeto de crédito seja aprovado por maioria absoluta no Congresso.

O relator optou por não retirar o pedido de autorização do governo, mas incluiu dispositivo para que o governo indique, claramente, as despesas que serão financiadas pelas novas dívidas.

Com Agência Câmara

Eunício faz balanço positivo dos trabalhos legislativos no primeiro semestre

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, fez ontem um balanço positivo dos trabalhos legislativos. No primeiro semestre, os senadores analisaram 187 proposições,

sendo 146 aprovadas e 41 rejeitadas, um número superior ao das votações do mesmo período nos anos anteriores.

— Ao sentar nesta cadeira, eu não sou líder do governo

e nem tenho coloração partidária, embora nunca tenha mudado de partido há 46 anos. Agradeço de coração a todos os parlamentares e peço desculpas humilde-

mente a todos aqueles com quem, de uma forma ou de outra, eu possa não ter sido adequado — disse.

Eunício ressaltou o fato de encerrar os trabalhos

no prazo estabelecido pela Constituição, com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para dar início ao recesso parlamentar, que se inicia no dia 18 de julho.

Vão a sanção créditos suplementares para ministérios e Judiciário

Os parlamentares aprovaram três projetos que abrem crédito suplementar. O maior deles é de R\$ 944,2 milhões para o Sistema Único de Saúde (SUS), saneamento básico, esporte, irrigação e desenvolvimento sustentável. Enquanto no Senado a votação foi simbólica, na Câmara foram 198 votos favoráveis, 136 contrários e 2 abstenções. O PLN 13/2018 vai para sanção.

Também foram aprovados dois projetos de crédito para contemplar o Ministério Público da União (MPU) e as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho. Juntos, os adicionais somam cerca de R\$ 107 milhões, que serão investidos principalmente em prédios para abrigar os serviços.

A maior parte dos recursos (R\$ 637,4 milhões) do crédito

suplementar para o SUS será enviada para o Fundo Nacional de Saúde (FNS), para manutenção de unidades em todo o país. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) vai receber R\$ 128 milhões para os sistemas públicos de água e de esgotamento sanitário em municípios com até 50 mil habitantes e para controle da doença de Chagas.

O Ministério do Esporte terá R\$ 83,6 milhões para eventos e projetos de esporte, educação, lazer, inclusão e legado social, para implantação de infraestrutura esportiva de alto rendimento, para infraestrutura dos esportes educacional e recreativo e para publicidade de utilidade pública.

O Ministério da Integração Nacional terá recursos (R\$ 95,2 milhões) para obras de

infraestrutura hídrica, apoio a projetos de desenvolvimento sustentável e administração de projetos públicos de irrigação no Nordeste.

A mensagem presidencial enviada ao Parlamento afirma que a abertura do crédito extra não afetará a obtenção da meta de resultado primário fixada para o ano, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias. O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Covatti Filho (PP-RS).

Adicionais

O Congresso também aprovou a emenda da bancada mineira, destacada para votação em separado, que mantém R\$ 51 milhões para obras na BR-381, em Minas Gerais.

Sobre os adicionais para o Judiciário, o primeiro texto (PLN 9/2018) abre crédito especial de R\$ 92,2 milhões no Orçamento. A maior parte dos recursos (R\$ 65 milhões) será destinada à aquisição de imóveis para fóruns trabalhistas em cidades fluminenses e para reformas de edifícios do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Outros R\$ 20 milhões serão usados para a aquisição de edifício-sede para o Fórum Trabalhista de Contagem (MG). Há, ainda, recursos para a construção de edifícios-sede da Justiça Federal na Bahia e em Santa Catarina e para reforma de cartórios eleitorais no Pará. O MPU investirá na aquisição de edifícios em Santos (SP) e Volta Redonda (RJ).

O segundo texto (PLN

10/2018) abre crédito de R\$ 15,4 milhões ao MPU e às Justiças Federal e do Trabalho. O Ministério do Planejamento destinará R\$ 4 milhões para a defesa do interesse público no processo judiciário. A construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do MPU contará com R\$ 3,4 milhões. Também foram destinados recursos para a construção da nova sede da Procuradoria da Justiça Militar, no Rio.

A Justiça Federal deve modernizar as instalações da seção judiciária de Ilhéus (BA). Para a Justiça do Trabalho, o crédito vai permitir a construção do edifício para abrigar a sede da Vara do Trabalho de Queimados (RJ) e para a modernização tecnológica de sedes no Tocantins, em Santa Catarina e no Distrito Federal.

Especialistas defendem incentivo a biocombustível

Participantes de audiência sobre o RenovaBio apontaram benefícios como redução de importação de combustíveis fósseis, ganho de eficiência energética, previsibilidade da demanda e geração de empregos

A PRODUÇÃO DE biocombustíveis contribui para reduzir a importação de fósseis, conduz ao ganho de eficiência energética, permite a previsibilidade da demanda e gera emprego, avaliaram os participantes de audiência sobre o RenovaBio, promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMCC).

O programa, que se encontra em fase de regulamentação e terá início em 2020, reconhece o papel estratégico de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira.

Relator da comissão mista, o senador Jorge Viana (PT-AC) disse que o Brasil ainda sofre com o desmatamento e está atrasado na recomposição de florestas, mas apontou avanços na questão energética.

— Tivemos grande progresso com energia eólica no Nordeste e andamos um pouco na energia solar.

Diretor da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, José Domingos Miguez disse que a média de energia renovável na matriz mundial é de 13%, enquanto a do Brasil atinge 42%, contra a média de 6% dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

— Já somos baixo carbono. O país vai crescer até 2030, a população vai subir na ordem



Luciano Rodrigues, Sergio Souza e Jorge Viana debatem o RenovaBio

de 28 milhões de pessoas. Propomos que a participação da energia renovável seja de 45%.

Para o representante do Ministério de Minas e Energia, Miguel Ivan de Oliveira, a regulamentação do RenovaBio deve ser flexível para não prejudicar o setor.

— Grande custo de transação ou burocracia no lançamento poderá levar a um mercado menor do que o potencial.

O chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Marcelo Morandi, disse que as mudanças e incrementos tecnológicos mobilizam o mercado, favorecem a redução das emissões e promovem melhorias em toda a cadeia produtiva.

— Quanto maior a eficiência produtiva menor a emissão de carbono — afirmou.

O presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, André Rocha, lamentou os prejuízos

causados pela poluição ambiental decorrente do uso de combustíveis fósseis.

Diretor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), José Mauro Ferreira Coelho disse que a volatilidade nos preços do petróleo, o advento de novas formas energéticas e ameaças geopolíticas contribuem para a adoção de biocombustíveis.

O diretor-superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizete Tokarski, criticou o subsídio dado pelo governo ao combustível fóssil, que poderia ser usado como incentivo à produção de biocombustíveis.

Representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Luciano Rodrigues disse que o RenovaBio cria uma diretriz mais clara sobre a participação dos biocombustíveis na matriz energética e induz a ganhos de eficiência.

Agência admite recalcular reajuste em planos de saúde

Um representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) admitiu no Senado a reformulação dos cálculos que permitiram reajuste de 10% nas mensalidades dos planos de saúde. O gerente de Regulação, Rafael Pedreira Vinhas, foi ouvido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em audiência sobre aumentos e mudança nas franquias e na coparticipação dos clientes. Senadores defenderam a derrubada da resolução da ANS que permitiu os reajustes.

Entidades de consumidores criticaram os recentes aumentos nos planos individuais e coletivos, autorizados pela ANS. A medida atinge mais de 8 milhões de clientes. A ANS também permitiu que as operadoras cobrem do segurado até 40% do valor de cada procedimento realizado, desde que não ultrapasse o preço da mensalidade.

O reajuste foi considerado abusivo, já que a inflação de 2018 deve ficar em torno de 4%. A presidente da CAS, Marta Suplicy (MDB-SP), disse que o Congresso deve analisar em agosto um decreto legislativo para suspender a resolução.

— São aumentos que a

população não conseguiu entender, muito menos assimilar dentro de seu orçamento. As propostas da ANS foram recebidas com indignação tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado — afirmou.

Uma auditoria apresentada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou falta de transparência e equívocos na metodologia de cálculo do valor dos reajustes dos planos individuais. Mas Vinhas argumentou que os reajustes são consequência do envelhecimento da população, da ampliação das coberturas e do uso de novas tecnologias. Porém, admitiu mudanças nos cálculos ainda neste mês.

— Os cálculos do reajuste individual têm profunda base técnica, são feitos por servidores concursados e a ANS entende a necessidade de mudança dessa metodologia.

A ANS também explicou que as novas regras de coparticipação só valem para novos contratos e deixam de fora quatro consultas por ano e quase 300 procedimentos como exames preventivos, de pré-natal e tratamentos como a hemodiálise, para doenças crônicas.



Marta Suplicy (C) defende que o Congresso suste a resolução da ANS

Cristovam compara pobreza no país a drama de meninos na Tailândia

Cristovam Buarque (PPS-DF) elogiou o resgate de 12 meninos e de seu técnico em uma caverna na Tailândia.

O senador ressaltou que foi uma decisão política do governo tailandês, que investiu grandes recursos financeiros para obter um resultado positivo.

Ele lamentou que não



haja no Brasil a mesma iniciativa para tirar milhões de brasileiros da ignorância e da pobreza. E

comparou o analfabetismo a um afogamento.

— Deixamos alguém se afogar na pobreza, mas não na água. Deixamos prisioneira da pobreza, mas não numa caverna.

Flexa Ribeiro acusa governo federal e Vale de prejudicarem o Pará

A ampliação da rede ferroviária do Pará foi defendida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador ressaltou que isso não atenderia interesses somente do estado, mas do Brasil.

Ele considerou que o governo foi desrespeitoso com os paraenses quanto à destinação dos recursos provenientes da

concessão da Ferrovia Carajás. Segundo Flexa, o dinheiro será aplicado em Mato Grosso.

O senador também criticou a empresa Vale, que planeja usar como parte do pagamento da concessão as obras ferroviárias que realizou em seu próprio interesse, e pediu atenção ao plano da Ferrovia Paraense.

Fátima critica proposta que muda regras para exploração do pré-sal

Fátima Bezerra (PT-RN) classificou como atentado à soberania nacional a proposta que autoriza a Petrobras a

transferir a outras empresas até 70% dos contratos de exploração do pré-sal. Para ela, a transferência do pré-sal se soma a um “pacote criminoso” de renúncia fiscal a favor de



empresas particulares e mudança da política de conteúdo local na exploração de petróleo.

— É um dos pacotes e uma das iniciativas mais criminosas do governo ilegítimo que aí está contra o Brasil, na medida em que isso é um atentado à soberania nacional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova 2 nomes para embaixadas na África

Diplomatas passaram em sabatina ontem na Comissão de Relações Exteriores e aguardam votação em Plenário. Os dois avaliam que há boas oportunidades comerciais com Moçambique e Tanzânia

DOIS DIPLOMATAS INDICADOS para embaixadas em países africanos foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), depois de passarem por sabatina. Carlos Alfonso Iglesias Puente foi aprovado para exercer o cargo de embaixador em Moçambique. Antonio Augusto Martins Cesar, para trabalhar na mesma função na

Tanzânia e cumulativamente na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles. As indicações seguem para análise do Plenário.

Ainda que seja um dos dez países mais pobres do mundo, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, Moçambique é um país com enorme potencial de crescimento econômico, além de fortes laços com o Brasil, disse Puente.

Ele lembrou que Moçambique tem a terceira maior reserva de gás natural do mundo, ainda não explorada. No momento em que o país viabilizar esses investimentos, avalia, o PIB deverá crescer a uma média de 20% ao ano.

— Moçambique tem todas as condições de se desenvolver fortemente, porque é muito rico. Quando suas jazidas de gás forem exploradas, o crescimento será impressionante e vai se espalhar por diversos setores. O Brasil possui laços com Moçambique desde a independência deles (em 1975), falamos a mesma língua e não podemos perder essa janela de oportunidade — disse.

Kátia Abreu (PDT-TO) pediu que a embaixada brasileira também reforce a exportação de alimentos, uma vez que a produção local é insuficiente.

— Visitei Moçambique em 2010 numa comitiva da CNA [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil] e constatei o enorme potencial que eles têm no setor. Mas ainda vai demorar muito para que os investimentos se consolidem, devido à falta de infraestrutura e de recursos humanos.

Infraestrutura

Antonio Augusto Cesar, indicado para a embaixada na Tanzânia, disse que, se aprovado pelo Plenário, trabalhará para que ocorram missões empresariais brasileiras ao país.

Ele disse que o governo tanzaniano está investindo em infraestrutura, o que abre oportunidades de negócios para as empresas brasileiras. Garantiu também que pretende incrementar a venda de máquinas agrícolas para produtores tanzanianos e que o Itamaraty já identificou nichos potenciais de venda de açúcar, pneus para tratores e papel.

Tanzânia e Moçambique

» Área: 947.300 km²

» Capital: Dar Es Salam

» População: 50,57 milhões

» PIB per capita: US\$ 1.071

» Exportações brasileiras: US\$ 25 milhões

» Importações brasileiras: US\$ 70 mil



» Área: 799.380 km²

» Capital: Maputo

» População: 29,54 milhões

» PIB per capita: US\$ 423

» Exportações brasileiras: US\$ 69,1 milhões

» Importações brasileiras: US\$ 18,94 milhões

Fonte: Cia World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Collor (C) conduz sabatina de Carlos Alfonso Puente e Augusto Martins Cesar



Relatora, Ana Amélia, ao lado de Antonio Anastasia, defende projeto

Licença-paternidade de 20 dias para militares segue ao Plenário

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o relatório de Ana Amélia (PP-RS) favorável ao projeto que passa de 5 para 20 dias o período de licença-paternidade que pode ser gozado pelos militares. A análise do PLC 41/2018 segue agora ao Plenário do Senado.

Ana Amélia apontou que são comuns na carreira militar períodos de afastamento da família, que podem se prolongar por semanas ou até meses. Por isso, ela entende que é importante aprovar a mudança na legislação, permitindo que os militares possam estar em casa por mais tempo quando nascer um filho.

— O compartilhamento de tarefas entre pai e mãe num momento tão crucial é fundamental, contribui inclusive para a diminuição de graves problemas como a depressão pós-parto. Hoje é assim, é mais que reconhecido que a divisão de responsabilidades é extremamente relevante no desenvolvimento saudável das crianças — pontuou a senadora, acrescentando que nossa cultura ainda submete as mulheres a uma jornada tripla: trabalhar, cuidar dos filhos e da casa. Por isso, nada

mais justo, disse, que, nos 20 primeiros dias da criança, "período mais crítico para a mãe e o bebê", que o pai esteja disponível em tempo integral.

Acordos

A CRE também aprovou ontem quatro acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro. Dois deles são os chamados acordos de céus abertos, um com a Costa Rica (PDS 64/2018) e outro com a Etiópia (PDS 16/2018).

Por meio desses acordos, são estabelecidos os princípios para o direito das companhias aéreas dos dois países de sobrevoar e fazer escalas de voos internacionais para desembarcar e embarcar passageiros, cargas e malas postais. Os acordos também isentam as companhias áreas de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos e taxas como de inspeção.

Outro acordo aprovado foi o de cooperação na área de Defesa com Antígua e Barbuda (PDS 9/2018) e o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados (PDS 62/2018). A análise dos acordos segue ao Plenário.

Viana pede verba para as forças de segurança do Acre

Jorge Viana (PT-AC) cobrou a liberação de R\$ 10 milhões prometidos para as forças de segurança do Acre. Ele afirmou que a situação do estado é grave e reflete o resto do país.

— Temos que decretar que o Brasil está em guerra. Faço um apelo ao ministro [da Segurança Pública] Raul Jungmann que libere esses recursos para que possamos cobrar as polícias.

Segundo o senador, o dinheiro vem de uma emenda orçamentária dele que originalmente destinava R\$ 70 milhões para a compra de armas, fardas e equipamentos para a polícia acriana. No entanto, a perspectiva é da liberação de apenas R\$ 9,6 milhões.

Petecão cobra intervenção federal no seu estado

Sérgio Petecão (PSD-AC) defendeu uma intervenção federal no Acre. Entre sábado e domingo, uma guerra entre facções criminosas em Rio Branco causou a morte de pelo menos cinco pessoas.

Petecão criticou a politização do debate sobre a segurança e contestou as críticas que atribuem apenas ao governo Temer a responsabilidade pela crise. O governo do estado, disse, teria deixado de usar recursos já empenhados.

— A situação está insustentável. Eu não estou falando dos crimes rotineiros, estou falando de pessoas decapitadas.

Roraima enfrenta migração sozinha, afirma Ângela

Ângela Portela (PDT-RR) lamentou que Roraima esteja enfrentando quase sozinha os efeitos negativos da migração de venezuelanos. Segundo ela, os imigrantes impactaram a qualidade dos serviços prestados no estado, como saúde, educação e segurança. Mesmo assim, disse, a ajuda da União, maior responsável pela solução da crise humanitária, é insignificante.

— De janeiro a junho, a Polícia Federal em Roraima registrou mais de 16 mil pedidos de refúgio de venezuelanos no Brasil. É um número estarrecedor.

Capiberibe reclama da falta de energia em regiões isoladas

João Capiberibe (PSB-AP) lamentou que o governo não seja capaz de elaborar projetos de sistemas de produção de energia para populações isoladas, como as da Amazônia. No Amapá, disse o senador, a linha de transmissão que levava energia para os moradores do arquipélago do Bailique se perdeu. A solução, segundo ele, é fornecimento de energia solar. Mas o governo se recusa a avaliar proposta nesse sentido.

Capiberibe informou que, no Oiapoque, uma empresa privada, com apoio do governo francês, instalou 4 megawatts de energia solar.

Humberto critica Temer e proposta sobre agrotóxicos

Humberto Costa (PT-PE) classificou de desolador o quadro da gestão Temer. Segundo ele, há queda nos investimentos sociais e aumento do desemprego e da pobreza, entre outros problemas.

O senador também criticou projeto de integrantes da bancada governista, já aprovado em comissão especial da Câmara os Deputados, que muda as regras de registro, fiscalização e controle do uso de agrotóxicos. De acordo com ele, o governo mostra descaso com a saúde da população, privilegiando interesses da bancada ruralista.



Roque de Sá/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Indicações à diretoria da Aneel vão a Plenário

A Comissão de Infraestrutura aprovou, após sabatina, as indicações de André Pepitone e Efrain Pereira da Cruz para cargos na Agência Nacional de Energia Elétrica

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou a indicação, pelo Poder Executivo, de André Pepitone da Nóbrega para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na vaga de Romeu Donizete Rufino. Para o lugar de Pepitone, que já tem assento na diretoria da Aneel, a CI acatou na mesma reunião o nome de Efrain Pereira da Cruz, que também ocupará uma vaga na diretoria do órgão. As mensagens MSF 67/2018 e MSF 66/2018 seguem com urgência para análise do Plenário.

Um dos temas debatidos durante a sabatina foi o projeto de lei que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobras, aprovado na terça-feira pela Câmara. Segundo o presidente da CI, Eduardo Braga (MDB-AM), o Senado deve analisar a proposta com atenção e sem pressa.

— Existem concessionárias que estão com sua questão regulatória resolvida e outras que não. Não há como o Senado deliberar sobre a venda de patrimônio público em regime de urgência no Plenário — defendeu.

Lindbergh Farias (PT-RJ) chamou a atenção para abusos cometidos por empresas de energia elétrica de seu estado, que estão, segundo ele, calculando as contas por estimativa de consumo, principalmente em regiões mais pobres.

— A Aneel precisa fiscalizar de verdade. É um monopólio privado, por



Eduardo Braga (D) durante sabatina, na Comissão de Infraestrutura, de indicados para a Aneel

isso tem que ter uma regulação forte. Pepitone e Cruz reforçaram que cabe à Aneel fiscalizar o setor de forma a garantir o equilíbrio nas relações entre as empresas do setor de energia e o consumidor.

Geração de energia

Acir Gugacz (PDT-RO), Hélio José (Pros-DF), Rudson Leite (PV-RR) e Eduardo Braga perguntaram sobre a construção de novas linhas de transmissão de energia na Região Norte e o incentivo à geração e microgeração distribuída de energia em todo o país.

Pepitone lembrou que a Resolução Normativa da Aneel 482, de 2012,

regulamentou a geração distribuída e afirmou que é promissor o cenário de microgeração, aquela produzida pelo próprio consumidor a partir de fontes renováveis como sol e vento. O número de famílias que passaram a produzir sua própria energia saltou de 414 em 2014 para 43 mil nos dias atuais.

— É um crescimento de 900%. O desafio é o financiamento. Criar linhas de financiamento hoje é o principal desafio a ser vencido para termos a dimensão da geração de energia distribuída. A divulgação também é um desafio importante. Muitos brasileiros nem sequer sabem da regulamentação.

André Pepitone é formado em

engenharia civil, pela Universidade de Brasília (UnB), instituição pela qual também concluiu o curso de pós-graduação em geotecnia no ano 2000. Em 2006, obteve diploma de especialização em economia pela Universidade George Washington nos Estados Unidos.

Trabalha na Aneel desde 2000. Em 2005 foi nomeado pela agência para exercer o cargo efetivo de especialista em regulação de serviços públicos de energia.

Em 2006 assumiu o cargo de assessor na direção da agência. Em 2010 foi nomeado diretor da Aneel, sendo reconduzido em 2014. Em junho, tomou posse como presidente da Associação Ibero-Americana de Entidades Reguladoras de Energia.

Gestão

Graduado em direito, Efrain Cruz tem especialização em direito público e privado e pós-graduação em direito de energia.

Ingressou no serviço público por meio de concurso da Força Aérea Brasileira em 1998. Em 2002, entrou para o Corpo de Bombeiros de Rondônia. No ano seguinte foi cedido pelo governo estadual para atuar nas Centrais Elétricas do Estado de Rondônia, antiga Ceron.

Desde 2003 atua na Eletrobras Distribuição Rondônia, onde tomou posse como diretor de Gestão em 2017.

Comissão aprova novo diretor-geral para o Dnit

A indicação do engenheiro José da Silva Tiago para exercer o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) foi aprovada ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) e segue com urgência para análise do Plenário.

Durante sabatina na comissão, o indicado, que é servidor de carreira do Dnit, se comprometeu a trabalhar para resolver pendências na liberação de obras de recuperação e asfaltamento de rodovias como a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

— É um compromisso que fazemos aqui. A BR-319 não é só do Norte, do Centro-Oeste, é do Brasil. Temos que lutar pela efetivação dessa pavimentação.

A promessa veio depois que o presidente da CI, Eduardo Braga (MDB-AM), e Acir

Gurgacz (PDT-RO) classificaram como estaremcedoras as informações prestadas por técnicos do governo federal em audiência, na terça-feira, sobre a série de equívocos e falhas envolvendo o licenciamento para a recuperação da rodovia.

Representantes do Ibama e da Funai informaram que inexistem contratos, entre os anos de 2008 e 2013, para estudo do impacto ambiental e indígena das obras que precisam ser realizadas na BR-319.

— O que me deixou indignado ontem foi que depois de oito anos de mandato tomei conhecimento de um documento oficial do governo mostrando que a BR-319 se encontra sem estudo ambiental desde 2009. Todos estes anos eu, Acir e outros senadores sempre questionamos os ministros e diretores

do Dnit e a história sempre era que estavam apresentando estudos complementares ao Ibama — criticou Braga.

Os senadores também cobraram conclusões de obras em outras rodovias, como a BR-230, a BR-364 e a BR-226, e pediram mais investimentos em transporte aquaviário. Tiago prometeu empenho.

— Se o Senado caminhar junto conosco nesses pleitos, temos certeza que o sucesso será muito mais rápido do que se o Dnit caminhar sozinho.

Perfil

José da Silva Tiago é engenheiro civil, graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 1974. Tem mais de 40 anos de experiência na área rodoviária.

Ingressou em 1974 no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Dnit, onde exerceu diversos cargos vinculados ao 11º distrito rodoviário federal, no estado de Mato Grosso, chegando à chefia da unidade.

Entre 1987 e 1989, foi diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do estado de Mato Grosso e em 2003 passou a atuar em Brasília, na sede do Dnit. Desde 2009, ocupa o cargo de superintendente regional do Dnit no Paraná.



Fátima Bezerra propôs debate na Comissão de Desenvolvimento Regional

Audiência vai debater impactos de fundo da educação básica

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou requerimento de audiência sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A iniciativa, de Fátima Bezerra (PT-RN), é para debater a proposta de Lídice da Mata (PSB-BA) que torna o Fundeb permanente (PEC 24/2017).

Para Fátima, proteger os recursos destinados à educação de contingências orçamentárias é urgente.

— É impossível pensar um cenário educacional sem o Fundeb. Seria um caos. O impacto que seria produzido, especialmente nos

municípios, é inimaginável. A permanência desse mecanismo de financiamento é extremamente importante para a melhoria da qualidade do ensino e para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação — explicou.

Investimento

O Fundeb tem vigência até 2020. A PEC de Lídice inclui o Fundeb no “corpo” da Constituição, retirando o fundo das disposições transitórias. A proposta também propõe a elevação da participação da União no investimento educacional para o fortalecimento dos estados e municípios.

A data da audiência ainda será marcada.



Indicação de José da Silva Tiago segue ao Plenário com urgência